

Performance antirracista: do genocídio à dissimulação

BIANCA SILVA*

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de salientar o processo violento iniciado com a escravização e colonização das pessoas africanas bem como sua continuidade e atualização nas universidades ocidentalizadas. A esse processo denominamos de “Performance Antirracista”. Para isso, utilizaremos o método Afrocêntrico em que a perspectiva das pessoas africanas e afrodescendentes é posicionada em primeiro plano. Isso porque é visível a exclusão ou desvalorização do pensamento destas pessoas, principalmente no âmbito acadêmico. Assim, exporemos, através dessa metodologia de resgate da centralidade das pessoas africanas e afrodescendentes, que as violências raciais são perpetradas e atualizadas. Uma dessas atualizações é através do “disfarce” no qual o opressor propaga um discurso antirracista, porém, desprovido de ações da mesma natureza preservando, por conseguinte, a estrutura racista.

Palavras-chave: Branquitude; Afrocentricidade; apropriação; epistemicídio.

Anti-racist performance: from genocide to dissimulation

Abstract: This work aims to highlight the violent process that started with the enslavement and colonization of African people, as well as its continuity and update in westernized universities. This process we called Anti-“Racist Performance”. For this, we will use the Afrocentric method in which the perspective of African and Afro-descendant people is placed in the foreground. This is because the exclusion or devaluation of these people's thinking is visible, especially in the academic sphere. Thus, we will expose, through this methodology to rescue the centrality of African and Afro-descendant people, that racial violence is perpetrated and updated. One of these updates is through the “disguise” in which the oppressor propagates an anti-racist discourse, however, devoid of actions of the same nature, thus preserving the racist structure.

Key words: Whiteness; Afrocentricity; appropriation; epistemicide.



* **BIANCA SILVA** é doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Filosofia na Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC). Integrante do grupo de pesquisas Descoloniais Carolina Maria de Jesus.

Introdução

Este texto abordará uma atitude que pode ser assumida pelas pessoas brancas face ao racismo. Chamamo-la de *Performance antirracista*. Ela representa um tipo de atitude dissimuladora diante das violências sofridas pelos povos africanos e seus descendentes na diáspora¹. Perpassaremos algumas dessas violências de forma resumida e daremos maior atenção às violências ocorridas nas universidades ocidentalizadas e como essa atitude dissimuladora pode ocorrer.

O foco nas universidades ocidentalizadas se dá na medida em que observamos um aumento de estudos sobre questões raciais, porém, a presença dos sujeitos *racializados* é pequena. Ou seja, o sujeito africano e afrodescendente vem sofrendo inúmeras violências tais como assassinatos, epistemicídios, embranquecimentos, apropriações; mas a tendência é que, em maior escala, pesquisadores brancos e pesquisadoras brancas estudem sobre estes sujeitos e suas experiências visto que a entrada e permanência dos afrodescendentes nas universidades do Brasil é ínfima e, ao entrarem, suas vozes são deslegitimadas.

Assim, gostaríamos de apontar para esse processo de extermínio dos corpos pretos, mas com um disfarce de aceitabilidade em que os conhecimentos que não puderam ser exterminados juntos com seus sujeitos, são usurpados e apropriados por pessoas brancas, em sua maioria. Destacamos que não

estamos delimitando quem pode ou não estudar tais assuntos. O problema aqui colocado é quando o próprio sujeito desse conhecimento e mais interessado na questão é forçado social, política e culturalmente a se afastar de tais questões e/ou espaços considerados brancos enquanto os sujeitos das classes dominantes se apossam desse conhecimento sem agirem em prol desses sujeitos que dizem ser aliados.

Para esse objetivo, utilizaremos a metodologia da Afrocentricidade. Essa metodologia, resumidamente, busca re-centralizar o conhecimento dos africanos e afrodescendentes, isto é, ao invés desses conhecimentos ficarem à margem, como uma sub-sabedoria hierarquizada, eles seriam reorientados para o centro por seus próprios sujeitos africanos e afrodescendentes. Assim, tanto o conhecimento, que sofreu e sofre tentativas constantes de apagamento ou usurpação, é resgatado tal como esses sujeitos se apoderam do que é seu e se tornam sujeitos ativos e não somente objetos de estudo (ASANTE, 2009).

Portanto, a tentativa desse trabalho é expor mais uma faceta das inúmeras violências sofridas pelas pessoas africanas e afrodescendentes através de um ciclo que inicia no extermínio e sequestro dos africanos e culmina na usurpação e apropriação de seus conhecimentos que não foram exterminados a fim de, tal como afirma bell hooks (2019, p. 279), escamotear a cumplicidade nesse processo através da dissimulação.

Desse modo, o primeiro tópico versará sobre o genocídio. No tópico seguinte, abordaremos o embranquecimento. No terceiro tópico, temos o epistemicídio. Nos tópicos finais, abordaremos a

¹ Diáspora é um conceito utilizado para representar a experiência vivida pelas pessoas africanas, pelas pessoas que foram sequestradas da África e pelos seus descendentes ao redor do mundo. Ver: AZEVEDO, 2005, p. 216-218.

questão da apropriação e a nossa percepção sobre o que resulta desse ciclo violento que denominamos de *performance antirracista*.

Genocídio

Genocídio é denominado como o extermínio sistematizado de um determinado grupo. No caso, trataremos do extermínio sistematizado e em massa da população africana e afrodescendente. Inúmeras foram as violências sofridas por essa população desde o sequestro, chegada e permanência no Brasil, e, neste tópico, gostaríamos de destacar o assassinato do corpo físico desses sujeitos.

Conforme Abdias do Nascimento (1978, p. 43-44)

As populações indígenas no começo da colonização, conforme as estimativas mais autorizadas, somavam cerca de dois milhões de seres humanos. Atualmente, como resultado ou da extinção direta, com ou sem violência, ou dos métodos de liquidação sutis e indiretos, aqueles números reduziram-se consideravelmente: não excedem a duzentos mil nos cálculos mais otimistas.

Mudamos os números, mas o mesmo podemos dizer da população africana. Essa população era maioria em grande parte do Brasil e, com isso, a classe dominante perpetrou violências sistematizadas para reduzi-la por meio do genocídio (NASCIMENTO, 1978, p. 73-74). De acordo com dados atuais do IBGE, a população afrodescendente no Brasil é de 56% (pretos e pardos). A taxa de homicídio é de 16% para brancos e 43.4% para afrodescendentes. Os rapazes afrodescendentes entre 15 e 29 anos têm ainda maiores chances de

morrer do que os brancos na mesma faixa etária (IBGE, 2019, p. 9-10).

Esses índices desproporcionais iniciaram, visivelmente, na escravização visto que os africanos eram trazidos para o Brasil em situações desumanas em que muitos sucumbiam no trajeto do navio negreiro ou na captura (GROSFOGUEL, 2016, p. 40). Nascimento (1978, p. 58), afirma que esse tipo de tratamento foi responsável por uma taxa elevada de mortalidade infantil entre a população escravizada. Outro fator era o pensamento de que esta era um produto que podia ser resposto facilmente caso a saúde de algum deles fosse prejudicada.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado- aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva -eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de ‘africanos livres’. Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888 se repetiria o mesmo ato ‘liberador’ que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa ou, seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres (NASCIMENTO, 1978, p. 65).

Em outros termos, as iniciativas dos colonizadores consideradas “benevolentes” eram, na verdade, mais

uma forma de exterminar o escravizado encarado como mercadoria improdutiva. A libertação poderia ser concedida, ainda, pelo alistamento nas guerras dos escravocratas. Assim, caso não morresse na guerra, o escravizado receberia a liberdade da mesma forma que os outros escravizados: sem qualquer auxílio. Vale destacar que muitos escravizados eram enviados para guerrear no lugar dos colonizadores, pois a vida destes era julgada como mais valiosa (NASCIMENTO, 1978, p. 66).

Embranquecimento

Em conjunto com o genocídio, temos o polo da violência por meio do embranquecimento. Esse processo visa exterminar o elemento negro pela via da chamada “miscigenação”. Contrariamente do que alguns autores, como Gilberto Freyre, propagavam, a “miscigenação” não ocorreu de maneira harmônica, pacífica e natural. As relações interracialis se deram através do estupro e exploração dos corpos de africanos e afrodescendentes (NASCIMENTO, 1978, p. 69-70).

De acordo com Nascimento, o embranquecimento também representa o genocídio. Isso porque é um método utilizado desde o período da escravização para reduzir a população que apresentava características fenotípicas africanas mais acentuadas em detrimento da população com pele mais clara. Assim, tivemos a exaltação da “miscigenação” pela classe dominante a fim de clarear a população e, a longo prazo, exterminar a negritude.

Para otimizar os resultados, a classe dominante ofereceu incentivos para os imigrantes e a constante inferiorização “da presença do sangue negro-africano” (NASCIMENTO, 1978, p. 69-70)

através dos estereótipos racistas. Uma das formas de difundir tais estereótipos ocorreu por meio das imagens. Conforme bell hooks (2019, p. 28-29), as imagens têm um papel fundamental na construção de estereótipos, pois “Da escravidão em diante, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial”. Para ela, um dos maiores desafios é “transformar a imagem” (hooks, 2019, p. 29) não esquecendo de “criticar o status quo” (Ibid., p. 32).

Assim, as representações dos africanos e dos afrodescendentes reproduziam imagens estereotipadas de sangue africano como inferior e sangue europeu como superior ou como uma ‘salvação’ (NASCIMENTO, 1978, p. 71). Essas representações interferiram em todas as áreas da vida da população que havia sido escravizada e, posteriormente, da população “liberta” e de seus descendentes. Podemos mencionar as altas taxas de desempregados africanos e afrodescendentes a fim de restringir suas capacidades econômicas e levá-los ao extermínio por meio da pobreza ou por meio do crime.

Os dados nos ajudam, mais uma vez, nesta amostra. A população afrodescendente é a com menos emprego formal. Esta população, de um modo geral, ocupa os cargos de menor prestígio e, consequentemente, de menor remuneração (IBGE, 2019, p. 2). Esses números são possíveis por, pelo menos dois fatores: a baixa escolaridade posto que, por muito tempo, os africanos e afrodescendentes foram proibidos de estudar; e o racismo na procura de emprego visto que, ainda hoje, é possível encontrar anúncios com a indicação de ‘pessoas de boa aparência’ e, segundo Nascimento

(1978, p. 82), “Basta substituir ‘boa aparência’ por ‘branco’ para se obter a verdadeira significação do eufemismo.”

Além do embranquecimento por meio da “miscigenação”, temos o embranquecimento da psique do sujeito afrodescendente em razão da violência psicológica. Segundo Souza (1983, p. 34), há afrodescendentes que se veem massacrados de tal maneira que aceitam embranquecer, pois ele “nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido”. A aceitação do embranquecimento se deu também pela tentativa de ascender socialmente visto que “naquela sociedade, o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os ‘serviços de branco’, ser bem tratado era ser tratado como o branco” (SOUZA, 1983, p. 21).

Segundo hooks (2019, p. 281-282), o esquecimento é incentivado pelos colonizadores e a lembrança é encarada como amargura em excesso a fim de que o passado de violência escravocrata seja ignorado. Por outro lado, muitos afrodescendentes e indígenas acabam aceitando esse estado de amnésia “para que possam ser melhor assimilados no mundo branco”. O objetivo da supremacia branca não é apenas se isentar da responsabilidade, mas exterminar o afrodescendente “tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro” (NASCIMENTO, 1978, p. 43).

Falemos agora de um processo constituinte do genocídio da população negra: o epistemicídio, pois “O conluio dos intelectuais e dos acadêmicos ‘cientistas’ na formulação dessa política

foi decisivo para a sua aceitação” (NASCIMENTO, 1978, p. 72).

Epistemicídio e pretensão à universalidade

É conhecida a participação de intelectuais e de cientistas na construção e manutenção da inferiorização epistemológica de determinados grupos. Porém, outros intelectuais têm criticado a condição do conhecimento europeu como “universal”. Um desses autores é Ramón Grosfoguel, que relaciona quatro genocídios da história como fundamento das epistemologias nas universidades ocidentalizadas. Dessa maneira, os genocídios e os epistemicídios contra mulçumanos e judeus, indígenas, africanos e mulheres consideradas bruxas foram os pilares para um tipo de pensamento excludente e violento que fundamentaria toda a ciência moderna e contemporânea.

Pelo escopo deste trabalho, concentraremos nossa atenção no epistemicídio contra os povos africanos e afrodescendentes. Esse epistemicídio, como sabemos, teve início com a escravização/colonização dos povos africanos e ascendeu com a supervalorização do conhecimento europeu em detrimento dos outros conhecimentos existentes. Segundo Grosfoguel (2016, p. 28), esse preterimento se deu com o auxílio da filosofia cartesiana.

A filosofia de René Descartes é considerada a episteme fundadora das bases das universidades ocidentalizadas. Essa filosofia ocupou o espaço que ocupava a filosofia cristã, que era fundamentada na verdade bíblica da existência de Deus. Deus era o fundamento da filosofia. Entretanto, Descartes inverte essa concepção de Deus para a concepção do “Eu”. Assim,

o lugar que Deus ocupava, passou a ser ocupado pelo “Eu” cartesiano. Esse lugar incluía “um conhecimento que é verdadeiro além do tempo e do espaço, universal no sentido que não está condicionado a nenhuma particularidade e ‘objetivo’, sendo entendido da mesma forma que a ‘neutralidade’ e equivalente à visão do ‘olho de Deus’” (GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

A tese cartesiana está fundamentada em dois pressupostos: separação entre corpo e mente e solipsismo. A desvinculação do corpo da mente permite que esta possa existir independente do corpo e, com isso, sem sua influência física. A mente estaria, com isso, “indeterminada e incondicionada pelo corpo” (GROSFOGUEL, 2016, p. 29) assim como é atribuído ao Deus cristão. Isso autorizaria a mente a exercer as mesmas funções exercidas pelo Deus cristão e ser universal, imparcial e neutro distanciando qualquer indício de localização e demarcação física. Dessa forma, na visão ocidentalizada, o conhecimento produzido a partir dessa concepção deve possuir as mesmas características.

No pressuposto do solipsismo, temos um método de alcance do conhecimento de maneira solitária. O sujeito utiliza sua própria mente (universal, imparcial, neutra) através de um diálogo interior excluindo toda interferência externa. O aspecto social e comunitário da construção de saberes não pertence a um “Eu” separado do corpo e indeterminado fisicamente.

Sem o solipsismo epistêmico, o ‘Eu’ estaria situado nas relações sociais particulares, em contextos históricos e sociais concretos e,

então, não haveria uma produção de conhecimento monológica, deslocada de lugar e antissocial. Se o conhecimento é produzido nas relações sociais particulares, ou seja, dentro de uma sociedade particular, então não se pode argumentar que o ‘Eu’ humano pode produzir conhecimento equivalente à visão do ‘olho de Deus’ (GROSFOGUEL, 2016, p. 29).

Essa filosofia culminou no que Grosfoguel (2016, p. 30) chama de “mito da egopolítica do conhecimento”. Esse mito se baseia na concepção do “Eu” como “o” produtor de um conhecimento privilegiado por ser capaz de se distanciar e “olhar” por todos cientificamente. É aquele capaz de se colocar no lugar do “não lugar” e reivindicar um conhecimento universal, imparcial e neutro. De acordo ainda com o crítico (GROSFOGUEL, 2016, p. 30), embora tenha decorrido bastante tempo desde Descartes, sua filosofia ainda permanece sendo o parâmetro científico das universidades ocidentalizadas e “Mesmo os que são críticos da filosofia cartesiana continuam utilizando-o como critério para diferenciar o que é ciência ou não”.

Assim, somente homens brancos ocidentalizados alcançam esse status de produzir episteme conforme “a visão de Deus”. Segundo Grosfoguel (GROSFOGUEL, 2016, p. 31), os europeus não ficaram satisfeitos em conquistar o mundo e foram em busca de conquistar “um privilégio epistemológico sobre os demais” e as epistemes que não seguem essas características, não podem ser consideradas “conhecimento”. Foi o que ocorreu com as epistemes dos indígenas, africanos, afrodescendentes e das mulheres, por exemplo. O conhecimento chamado

“não ocidental” foi inferiorizado enquanto o conhecimento ocidental é concebido como o ponto de partida para a ciência, para o conhecimento produzido nas universidades ocidentalizadas. Consequentemente, “as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo” (Grosfoguel, 2016, p. 28).

Subjugadas a essa estrutura racista e sexista, as epistemes indígenas, africanas, afro-brasileiras e das mulheres sofreram inúmeras tentativas de eliminação. Suas sabedorias foram constantemente negadas, apagadas e ridicularizadas. A esse processo de extermínio dos conhecimentos de determinados grupos chamamos de “epistemicídio”.

Sueli Carneiro (2005, p. 96) afirma haver uma estrutura racista que engloba a vida de todos os brasileiros e que o epistemicídio é um procedimento característico dessa estrutura. Esse procedimento foi e é parte central na instauração e na manutenção da supremacia branca em razão do esforço em deslegitimar a episteme de determinados grupos como dos próprios “sujeitos do conhecimento”, pois é “processo de destituição da racionalidade, da cultura e civilização do Outro” (CARNEIRO, 2005, p. 96). Há, por conseguinte, uma relação entre genocídio e epistemicídio porque ao eliminar o corpo, elimina-se seu conhecimento. Ambas as violências trabalham juntas. Tenta-se matar o corpo e seu saber, mas caso não se consiga, tenta-se um ou outro.

A supremacia branca constantemente investe contra os grupos dominados a fim de eliminá-los e são várias as

formas para atingir esse objetivo. O epistemicídio, como parte desse processo de eliminação, age em vários âmbitos da vida, tal como enfatiza Carneiro (2005, p. 97)

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc.

Dessa maneira, os corpos subjugados encontram dificuldades desde a tenra idade, entre algumas delas estão a falta de acesso ao ensino formal, a baixa qualidade no ensino, as práticas racistas nos ambientes escolares, currículos racistas. A finalidade é de podar tanto o conhecimento produzido por esses sujeitos quanto de cercar suas capacidades intelectuais por meio da precarização e da inferiorização sofrida.

Portanto, o epistemicídio alcança o conhecimento produzido, mas, principalmente, o sujeito que o produz. Como resultado, esta episteme fica comprometida até que seja eliminada.

Podemos, com efeito, associar a exclusão do ensino formal à tentativa de epistemicídio em que a universidade é um desses elos. Considerada local do saber científico, é um dos locais em que a tentativa de exclusão dos afrodescendentes permanece latente. O número de afrodescendentes na graduação tem aumentando devido à implementação das cotas, porém o número de alunos brancos é maior do que a de alunos não-brancos (IBGE, 2019, p. 7-8). Na pós-graduação, o número é ainda mais reduzido devido aos desvantajosos processos seletivos e aos custos da manutenção de uma pesquisa. Atualmente, a taxa de professores afrodescendentes é 16% (MATEUS, 2019). É nítida a discrepância de entre brancos e não-brancos nesse espaço considerado o local onde se produz conhecimento. Podemos deduzir, então, que tipo de conhecimento está sendo produzido majoritariamente.

Em função desses fatores, mesmo quando o sujeito afrodescendente consegue alcançar tais espaços, é uma tarefa complexa manter-se saudável psicologicamente. bell hooks (2015) confirma essa dificuldade. Para essa autora, as pessoas afrodescendentes não são vistas como intelectuais e encontram vários inconvenientes para alcançar tal objetivo. A situação torna-se ainda mais difícil para as mulheres afrodescendentes, pois elas são educadas desde cedo de “que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos

filhos ou a um monte de outras atividades servis” (hooks, 2015, p. 471).

Dentro da universidade, outras dificuldades se impõem: dúvidas colocadas sobre a capacidade intelectual, estilo da escrita acadêmica, solidão (hooks, 2015, p. 472). Grada Kilomba (2019, p. 50-51) também acentua que os afrodescendentes, nestes espaços, se veem diante do silenciamento, pois “Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*”.

Apropriação

Poderíamos supor que diante do genocídio, o embranquecimento, e epistemicídio a cultura africana, afro-brasileira e indígena fossem ignoradas pelas pessoas brancas. Contrariamente, além dos bens materiais e da humanidade das pessoas africanas e afrodescendentes, a supremacia branca apropriou-se e apropria-se da cultura daqueles que quer eliminar (NASCIMENTO, 1978, p. 51; hooks, 2019, p. 279). O colonizador, com a ideia da “visão do olho de Deus”, coloca-se como aquele que pode contar a história de toda a humanidade do seu ponto de vista. Assim, o que temos é a compreensão deles sobre o resto do mundo. Com isso “Muito do que estudamos sobre a história, a cultura, a literatura, a linguística, a política ou a economia africanas foi orquestrado do ponto de vista dos interesses europeus” (ASANTE, 2009, p. 93).

Podemos perceber que o conhecimento que não foi eliminado, através do epistemicídio, é apropriado e alterado conforme a visão de mundo eurocêntrica ou conforme os interesses eurocênticos. Como o branco é aquele que é considerado o superior, o neutro e científico; ele torna-se especialista na

cultura que não é a dele e, além de especialista, ele a interpreta alterando-a. Essa situação é considerada por Carneiro (2005, p. 60) como uma “versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, [d]o epistemicídio”. Ou seja, entre o branco e o não-branco que estude questões raciais, o branco terá maior credibilidade científica que o não-branco. Mesmo que a pesquisa da pessoa branca adultere esse conhecimento, ele será preferível do que a pessoa não-branca devido seu status na sociedade racista.

Essas condições são perceptíveis no currículo de escolas e universidades em que autores brancos dominam a bibliografia em, praticamente, todos os assuntos, inclusive os raciais. Os pesquisadores não-brancos e suas realidades são vistos como objetos de pesquisa, mas não como protagonistas de um saber acadêmico. Eles são ainda deslegitimados, principalmente, quando abordam suas próprias questões (CARNEIRO, 2005, p. 60), pois, para o olhar branco, as questões que passamos tem que ser esquecidas. As dores dos que foram escravizados e de seus descendentes que ainda enfrentam traumas e violências cotidianas são minimizadas (hooks, 2019, p. 277).

Por isso, estes espaços continuam perpetuando as violências acima citadas com uma roupagem de aceitação, porém muitas vezes é uma “apropriação indébita” (NASCIMENTO, 1978, p. 51), pois preserva a objetificação expulsando ou dificultando a entrada e permanência dos não-brancos nas escolas e universidades. Diante dessas violências e tentativas de apagamentos, o sujeito afrodescendente encontra-se em desvantagem para assumir seu papel

como protagonista. Contudo, Kilomba (2019, p. 51) afirma que

Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da ‘Outridade’ não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade *negra*. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós.

Consequentemente, muitas pessoas não-brancas evitam a posição de intelectual e, até mesmo, evitam buscar informações e esclarecimentos sobre as questões que dificultam suas vidas porque elas são angustiantes e as fazem reviver sofrimentos que talvez não encontrem solução ou, ao menos, uma “válvula de escape”. De acordo com hooks (2019, p. 35), “Muitas pessoas negras se recusam a avaliar nossa condição presente porque elas não querem ver as imagens que podem forçá-las a militar. Mas a militância é uma alternativa à loucura. E muitos de nós estão adentrando os domínios da loucura”.

Performance antirracista

Chegamos ao nosso entendimento sobre a culminância dessas violências. Nossa tese é de que por não conseguirem eliminar o conhecimento das pessoas não-brancas, os brancos apropriam-se, alteram deslegitimam aqueles e, com o uso do conhecimento apropriado, fazem-se passar por antirracistas quando, na verdade, há uma

dissimulação antirracista, uma performance.

Para expor nosso argumento, gostaríamos de ressaltar que os brancos ocupam os espaços de decisão e controlam juridicamente o funcionamento das instituições. Além disso, “controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país” (NASCIMENTO, 1978, p. 46). Durante tantos anos de luta das pessoas não-brancas e de leis criadas para combater as inúmeras violências sofridas, parece que o que conseguiram de maneira perceptível é “*disfarçar* sua fundamental violência e crueldade” (NASCIMENTO, 1978, p. 50. Grifo nosso).

Segundo ainda Nascimento (NASCIMENTO, 1978, p. 50), um método muito utilizado é “a mentira e a dissimulação”. Assim, através de criações de leis, de apropriação da cultura, de uma abertura de certos espaços para uma minoria, os supremacistas brancos disfarçam e dissimulam seu racismo criando o que chamamos de performance antirracista. O objetivo não é ser antirracista, mas parecer. Explicando melhor: temos uma aparência de melhores condições de vida para as pessoas não-brancas, temos uma aceitação maior da episteme não-branca, temos discursos antirracistas, mas as várias formas de extermínio continuam em suas variadas formas.

Para hooks (2019, p. 279), há um tipo de “nostalgia imperialista”. Ou seja, o colonizador destruiu a episteme não-branca, apropriou-se do que sobrou, alterou-a; mas demonstra um “desejo” por aquilo que ficou perdido na destruição. Conforme a autora, essa

“nostalgia” é um disfarce para escamotear a culpa pelas violências já realizadas e pelas que ainda estão em andamento. Essa “nostalgia” é uma performance para recalcarem a responsabilidade devida na manutenção da estrutura racista. A “nostalgia” seria um recurso de fuga para evitar encarar a realidade: embora se tenha um discurso racista e aceite, de certa forma, a episteme dos não-brancos, não se tem atitudes antirracistas. Embora os discursos sejam antirracistas, as atitudes visam a manutenção de privilégios da supremacia branca. Performance!

Conclusão

Com efeito, muitas violências ficaram de fora, tais como a violência obstétrica e o encarceramento em massa. Porém, não era nosso intuito abranger a totalidade das violências devido a dimensão reduzida deste espaço. A ideia era expor uma ideia geral de como as violências contra as pessoas afrodescendentes culminam no extermínio destes, mas contando com a dissimulação daqueles que se intitulam antirracistas sem combater, de fato, o racismo. Queremos dizer que, elas defendem *verbalmente* o fim do racismo, mas continuam agindo de modo a perpetuá-lo.

Não intentamos excluir protagonistas ou negar lugares de fala², mas apontar o olhar para as exclusões que ainda tem sido feitas devido ao racismo. Os aliados na luta podem auxiliar, porém o auxílio está para além do discurso. O auxílio precisa atingir o nível prático. Queremos currículos e epistemes pluriversais para que o maior número de pessoas tenha acesso e possam se

² Conceito difundido por Djamila Ribeiro. Ver mais em: RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

apoderar dele. Contudo, o que vemos, conforme os dados já mencionados no texto acima, que os principais protagonistas desses conhecimentos não o acessam. Assim, caminhamos para esse novo tipo de violência que pretendemos expor: a dissimulação antirracista. Ou seja, a dissimulação daqueles que têm um discurso antirracista sem a tentativa de agir de forma antirracista. Queremos um currículo antirracista conjuntamente com a entrada de corpos negros tendo as condições para acessá-lo.

Referências

ASANTE, M. K. “Afrocentricidade”: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo, Selo Negro, p. 93-110, 2009.

AZEVEDO, M. J. “Diáspora.” In ASANTE, M. K. e MAZAMA, A. (org.). **Encyclopedia of Black Studies**. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 216–218, 2005.

CARNEIRO, A. S.; FISCHMANN, R. A **construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. (Doutorado, Tese). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_do_micilios.pdf. Acesso em 01.11.2020

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo/ epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo

século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Vol. 31, nº 1, p. 25-49, 2016.

HOOKS, b. Intelectuais Negras. **Revista estudos feministas**. Vol. 3, nº 2, p. 464-478, 1995.

HOOKS, b. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (org.). **Informativo desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 12 p. v. 41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 01.11.2020

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATEUS, F. Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade. Disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>>. Acesso em 01.11.2020

MAZAMA, A. A Afrocentricidade como novo paradigma. In: NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-128.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 116-142.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Recebido em 2021-07-10
Publicado em 2022-02-01